

Tendência é de alta das taxas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, reconheceu ontem que persiste a tendência de alta dos juros internacionais, mas manifestou a esperança de que as pressões políticas dos devedores possam conscientizar os países credores sobre a conveniência de controlar as taxas e também abrir as importações a produtos do Terceiro Mundo. Dentro do esforço político dos devedores, Pastore declarou que o Brasil vai tirar proveito da presença dos principais executivos dos bancos credores e das autoridades monetárias de todo o mundo para lançar durante a assembléia anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird), no final de setembro, em Washington, as bases da próxima etapa de renegociação da dívida externa.

Embora sem nenhuma ilusão

quanto à eventual queda dos juros externos, a curto prazo — ainda é maior a probabilidade de aumento do que de baixa —, o presidente do Banco Central disse que os devedores esperam uma rápida conscientização geral de que ajustes também são necessários nas economias desenvolvidas para que, "num futuro visível", as taxas não só cresçam em ritmo menor, como também possam voltar a níveis normais. Pastore lembrou ainda que o controle dos juros não dispensa a liberação do comércio: em última instância, é com crescimento das exportações que os países devedores vão obter os recursos para pagar sua dívida externa.

Pastore informou também que a próxima missão do Fundo Monetário Internacional chegará na primeira semana de agosto, quando o Brasil poderá analisar com seus técnicos a abertura na legislação salarial e nas importações para aquecer a demanda interna e acelerar o processo de

reativação econômica. Embora a economia doméstica continue "deprimida", com a demanda interna de bens e serviços ainda escassa "e fase de venda cadente no comércio", Pastore reiterou que o crescimento das exportações manterá a curva de recuperação gradual da oferta de emprego e da produção. O comércio exterior está caminhando muito bem e será suficiente para segurar o nível de atividade. "Esse quadro persistirá no segundo semestre" — observou o presidente do Banco Central.

Mais uma vez, Pastore rejeitou a hipótese de o Brasil apresentar à missão do FMI novo pedido de waiver (perdão) pelo não cumprimento do teto semestral para o déficit público nominal, além de exceder no limite de expansão monetária: "Não há necessidade do waiver. Ao atirar no alvo, você acerta alguns tiros e erra outros. Se tivéssemos de dar dez tiros errássemos todos, seria o caso de waiver".



Arquivo

Pastore: País lançará as bases da renegociação